

NOTA PÚBLICA
(PEC 32/2020)

Brasília-DF, 30 de agosto de 2021

Senhores(as) Deputados (as),

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, tramita na Câmara dos Deputados, em fase de apreciação de mérito em comissão especial, a Proposta de Emenda Constitucional 32/2020, encaminhada pelo Poder Executivo na perspectiva de se promover uma Reforma Administrativa que seja capaz de modernizar o Estado Nacional e melhorar a eficiência dos serviços públicos essenciais prestados à sociedade.

A **UNIÃO DOS POLICIAIS DO BRASIL (UPB)**, organização que congrega todas as representações das categorias do segmento da segurança pública nacional, dirige-se a Vossa Excelência, integrante da bancada da Segurança Pública no Congresso Nacional, para alertar sobre os graves riscos decorrentes da eventual aprovação da proposta governamental.

1. Sob o pretexto de dificultar a ampliação de gastos públicos com políticas sociais e com pessoal, e, de outro, ampliar espaço de gastos discricionários, como investimentos e pagamento de juros e encargos da dívida, a PEC congela gastos essenciais e suspende a ampliação de novas políticas públicas. Ou seja, criar, ampliar e estimular políticas públicas em diversas áreas como a da saúde, educação, segurança, infraestrutura e habitação, que já são fortemente comprometidos por conta da EC 95/16 (Teto de Gastos), ficarão ainda mais inviabilizados com as novas regras. O desafio de interiorizar e levar políticas públicas para os mais pobres ficou ainda mais difícil.

ABC • ABPC • ABRAPOL • ADPF • ADPJ • AGEPPEN-BRASIL • AMPOL • ANEPF • ANEPOL • ANSEF • APCF • APCN • CENTRAPOL • COBRAPOL • FENADEPOL • FENAGUARDAS • FENAPEF • FENAPRF • FENASPPEN • FENASSE • SINDEPOL/DF • SINDIPOL/DF • SINDPOL/DF • SINDSSE/DF • SINPOL/DF • UNIPOL

2. A PEC 32/2020 retira direitos fundamentais do funcionalismo públicos, da União, Estados e Municípios, de todos os poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) ao incluir fortes restrições com a modificação de pelo menos 14 pontos na Constituição Federal, a saber: 1) princípios da Administração Pública; 2) vínculos e forma de ingresso no serviço público: cargos em comissão e contratações temporárias; 3) acumulações de cargos; 4) direitos e vantagens; 5) contratos de gestão; 6) instrumentos de cooperação; 7) regime jurídico; 8) estabilidade; 9) regime previdenciário; 10) competências do Executivo e reserva legal; 11) militares; 12) empresas estatais e seus empregados; 13) regras de transição; e 14) revogações.

3. Com isso, a proposta não terá o condão de melhorar o serviço público para a população, entre os quais o da Segurança Pública, já bastante comprometido, ao prever o absurdo e inaceitável fim da estabilidade dos servidores, assim como a extinção do regime próprio e a criação de novas formas de contratação, que traz de volta o fantasma do apadrinhamento político, que visa, em último caso reduzir: 1) o valor de salários e benefícios; 2) os salários iniciais e a velocidade de progressão na carreira dos novos contratados; 3) a taxa de reposição dos servidores; e 4) o serviço público e transferir para a iniciativa privada por meio de contratos de gestão e instrumento de cooperação e privatizações (subsidiariedade). Será o retorno à velha prática da corrupção na ocupação dos espaços na administração pública. Um escárnio!

4. Não será exagero afirmar que, em caso de aprovação da PEC 32/2020, o Estado de bem-estar social será substituído pelo Estado mínimo, com retrocessos inimagináveis garantidos na Constituição, não apenas para os servidores públicos, mas, notadamente, para o conjunto da sociedade brasileira, em especial para aqueles segmentos mais vulneráveis e dependentes de serviços públicos essenciais.

Por todas essas razões, a UPB, em nome de todas as entidades que a integram, solicita do (a) nobre parlamentar que se some ao posicionamento unitário de todos os demais segmentos do serviço público, rejeitando a PEC 32/2020 da forma como foi encaminhada e cuja essência, pelo andamento dos trabalhos na comissão especial, será mantida.

Certamente, seu posicionamento será levando em conta por todos nossas entidades e representados e abrirá espaço para o debate em torno de um novo projeto que, de fato, modernize a administração pública nacional, sem os riscos presentes na atual proposta de violação de direitos, inclusive os adquiridos, e precarização inaudita dos serviços públicos essenciais atualmente prestados ao povo brasileiro, com a introdução de nefastas práticas na esfera dos poderes públicos.

Respeitosamente,

UNIÃO DOS POLICIAIS DO BRASIL - UPB

**ABC • ABPC • ABRAPOL • ADPF • ADPJ • AGEPPEN-BRASIL • AMPOL • ANEPF • ANEPOL •
ANSEF • APCF • APCN • CENTRAPOL • COBRAPOL • FENADEPOL • FENAGUARDAS •
FENAPEF • FENAPRF • FENASPPEN • FENASSE • SINDEPOL/DF • SINDIPOL/DF • SINDPOL/DF
• SINDSSE/DF • SINPOL/DF • UNIPOL**

ABC – Associação Brasileira de Criminalística
ABPC – Associação Brasileira de Peritos em Criminalística
ABRAPOL – Associação Brasileira dos Papiloscopistas Policiais Federais
ADPF – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal
ADPJ – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária
AGEPPEN-BRASIL – Associação dos Policiais Penais do Brasil
AMPOL – Associação Nacional das Mulheres Policiais do Brasil
ANEPF – Associação Nacional dos Escrivães de Polícia Federal
ANEPOL – Associação Nacional dos Escrivães de Polícia Civil
ANSEF – Associação Nacional dos Servidores da Polícia Federal
APCF – Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais
APCN – Associação da Polícia do Congresso Nacional
CENTRAPOL – Central Única Nacional dos Policiais Federais
COBRAPOL – Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Cíveis
FENADEPOL – Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal
FENAGUARDAS – Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais do Brasil
FENAPEF – Federação Nacional dos Policiais Federais
FENAPRF – Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais
FENASPPEN – Federação Sindical Nacional dos Servidores Penitenciários e dos Policiais
Penais
FENASSE – Federação dos Trabalhadores no Sistema Socioeducativo
SINDEPOL/DF – Sindicato dos Delegados de Polícia Federal no DF
SINDIPOL/DF – Sindicato dos Policiais Federais no DF
SINDPOL/DF – Sindicato dos Policiais Penais do DF
SINDSSE/DF – Sindicato dos Servidores do Sistema Socioeducativo do DF
SINPOL/DF – Sindicato dos Policiais Cíveis do DF
UNIPOL – União Nacional de Polícias Legislativas

**ABC • ABPC • ABRAPOL • ADPF • ADPJ • AGEPPEN-BRASIL • AMPOL • ANEPF • ANEPOL •
ANSEF • APCF • APCN • CENTRAPOL • COBRAPOL • FENADEPOL • FENAGUARDAS •
FENAPEF • FENAPRF • FENASPPEN • FENASSE • SINDEPOL/DF • SINDIPOL/DF • SINDPOL/DF
• SINDSSE/DF • SINPOL/DF • UNIPOL**